

DISCIPLINA DE IDADE MODERNA

AUXILIAR DE ESTUDO

Licenciaturas em História, Ensino da História, e Arqueologia

da Universidade do Minho - Ano lectivo de 2000-2001



Isabel dos Guimarães Sá

INDICE

Objectivos gerais	2
Métodos de ensino	5
A participação dos alunos	8
Materiais de trabalho	9
Avaliação	10
Programa geral	11
Bibliografia geral	14
Conteúdos e bibliografia detalhada	16

Objectivos gerais

O objectivo desta disciplina tem sido ao longo dos anos o de transmitir uma visão de conjunto sobre a Idade Moderna, sem privilegiar nenhum aspecto em detrimento de outros, sem operar demarcações rígidas entre os diferentes vectores da realidade histórica (economia, sociedade, população, cultura). Procura-se igualmente fugir aos respectivos agrupamentos convencionais, que durante muitos anos prevaleceram nos *curricula* dos cursos de História das universidades portuguesas, do tipo "sociedade e economia", "instituições e política" ou "cultura e mentalidades". Muito embora por razões de conveniência eles apareçam agrupados no programa da cadeira, tal não significa efectivamente que a ordem e o agrupamento convencionais sejam respeitados; o programa enumera apenas os conteúdos que serão referidos nas aulas. Muitas das questões enunciadas constituem *leit-motivs*: a sua importância manifesta-se pela frequência com que são convocadas nas aulas. Concretamente, problemas como o maquiavelismo no pensamento político, o relacionamento estrutural entre absolutismo, sociedade de corte e processo civilizacional, analfabetismo e cultura popular, protestantismo e catolicismo, para citar apenas vários, são referidos frequentemente sempre que se prefigura ocasião. O resultado pretende ser uma visão da Idade Moderna que não crie compartimentos artificiais entre os seus vários aspectos nem ceda a especializações abusivas relativamente a algumas áreas temáticas específicas. Evidentemente que o preço deste modelo é alguma superficialidade no tratamento dos conteúdos programáticos, que se procura compensar indicando aos alunos obras de síntese recentes que por sua vez são elaboradas à partida com o intuito de servirem de textos universitários (*text-books*) nas universidades do mundo anglo-saxónico. Por outro lado, o não tratamento dos temas do programa com detalhe permite objectivar de forma mais incisiva os conhecimentos essenciais sobre determinado assunto, evitando a acumulação de pormenores e peripécias acontecimentais que dificultam uma visão de conjunto.

Sacrificam-se deliberadamente aspectos relacionados com a Expansão Europeia excepto no que se refere à influência dos novos espaços e produtos na Europa, bem como a exportação de produtos e tecnologias europeias para os novos espaços (cartografia, instrumentos de navegação, imprensa, hábitos de consumo). A disciplina é orientada de forma deliberadamente euro-cêntrica em

função da ignorância das docentes sobre outras culturas que não a europeia, o que não implica de forma alguma a auto-celebração da mesma. Aspectos como as responsabilidades europeias na destruição de outras culturas, a dificuldade com que as ideias de tolerância religiosa se impuseram na própria Europa são referidos nas aulas, precisamente porque não se utiliza uma abordagem "neutra" da História. Seguindo autores como Stephen Greenblatt, a neutralidade é considerada como um acto político em si mesmo¹, e nenhum acto discursivo é imune a juízos de valor. Dessa forma, o professor emite opiniões e expressa sentimentos que não são os de toda a gente, nem provavelmente os mais correctos, mas que em todo o caso são passíveis de discussão. Por essa razão, não são omitidos do discurso, passando para o estado de sub-texto, que, esse sim, é julgado como distorcedor e pouco produtivo. Por outro lado, as opiniões do professor limitam-se ao exercício da sua capacidade crítica; em nenhum momento são fornecidos ao aluno como verdades absolutas, ou como matéria de doutrina. Dessa forma, pretende-se retirar à "neutralidade" aquilo que ela apresenta de mais manipulador nos processos de conhecimento, e que consiste precisamente em conduzir a opinião dos receptores para determinadas conclusões, sem que o professor explicita as suas maneiras de pensar e orientando sub-repticiamente o aluno para conclusões pré-estabelecidas.

O programa da disciplina pretende também beneficiar do seu carácter geral para fornecer uma imagem da história europeia que se coloque acima de orgulhos nacionais e de sentimentos auto-celebratórios europeus. A vantagem da perspectiva globalizante adoptada prende-se precisamente com permitir uma visão de conjunto que tenha em conta os condicionalismos efectivos das diferentes conjunturas (económicas, políticas, culturais, religiosas) e os interesses em jogo. Tanto quanto as contingências da disciplina o possibilitam, o objectivo seria o de permitir olhares múltiplos e cruzados tendentes a relativizar eventuais juízos de valor que os alunos e professor forçosamente emitem.

¹ Greenblatt, Stephen, *Learning to Curse. Essays in Early Modern Culture*,

Métodos de ensino

Os alunos são frequentemente recordados que, enquanto universitários, futuros professores ou investigadores, devem adquirir, por iniciativa própria e de forma autónoma, instrumentos intelectuais que lhes permitam aceder à informação. Rubricas como "Outras leituras" permitem pôr o aluno em contacto com obras que lhe permitam aprofundar conhecimentos sobre cada tema.

A vastidão dos temas a tratar impede abordagens minuciosas e o articulado do programa visa proporcionar grandes linhas de força, transmitidas nas aulas teóricas, que são acompanhadas de textos previamente lidos pelos alunos e comentados nas aulas práticas. Dessa forma, procura-se criar nestas últimas um suporte de informação cuja aquisição os alunos acompanhem a par e passo e motivar a sua participação activa na elaboração de conhecimentos. O resultado final é a ausência de distinção entre matéria das aulas práticas e temas das aulas teóricas, sendo os alunos avaliados da mesma forma sobre todos os temas leccionados.

No que respeita a bibliografia, fez-se um esforço no sentido de fornecer em primeira alternativa obras em português ou espanhol e apenas em segundo lugar obras em inglês ou francês, embora estas sejam muitas vezes utilizadas pelas professoras na preparação das aulas. Por outro lado, alguns textos considerados essenciais foram traduzidos por um aluno² que generosamente os distribuiu pelos colegas, tendo estes passado a fazer parte do *dossier* da disciplina. A bibliografia obedece assim a critérios de facilidade de utilização e procuram-se ministrar interpretações recentes dos diferentes aspectos da história europeia. Algumas obras fundamentais da historiografia que gozam do estatuto de clássicos não são directamente tratadas nas aulas, embora sejam referidas. Obras como "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico" de Fernand Braudel ou "O Renascimento Italiano" de Jacob Burkhardt constituem obras demasiado volumosas para poderem ser mais do que meramente referidas ao longo das aulas. Mesmo assim, as professoras procuram transmitir aos alunos os nomes dos historiadores de ponta nas diferentes áreas do programa, muito embora, por limitações óbvias, tenha de referir na maior parte dos casos apenas

London, Routledge, 1990, p. 167.

as ideias essenciais das suas obras. Por outro lado, não existe uma preocupação de exaustividade e, dada a amplitude dos temas tratados, muitos historiadores importantes nunca chegam a ser referidos.

Deram-se os primeiros passos no sentido de integrar nas aulas o novo acesso à informação que a Internet possibilita; os alunos são convidados a utilizar os endereços disponíveis no programa da cadeira e a encontrar novos *sites*. A Internet é encarada sobretudo como meio de visualização de imagens: chama-se a atenção dos alunos para a importância dos vestígios da civilização material que se encontram disponíveis ao nosso olhar (traçados urbanos, edifícios, museus) e aos objectos existentes (utensílios, quadros, gravuras, mapas, instrumentos de precisão, esculturas, tecidos, documentos). Na impossibilidade de efectuar visitas de estudo a cidades europeias ou cidades com influência da colonização europeia, canalizam-se os alunos para as imagens a que podem ter acesso. Na bibliografia, indicam-se igualmente livros de arte que podem consultar na biblioteca da Universidade e que foram adquiridos com o objectivo específico de facilitar aos alunos o acesso a imagens. Estas obras encontram-se assinaladas nas listas bibliográficas adiante disponibilizadas.

Como leitura obrigatória, o programa da disciplina não prescinde desde há vários anos do debate na aula da obra "O Príncipe": espera-se que os alunos percebam as dinâmicas do poder militar e político na Itália do Renascimento e a importância desta obra de Maquiavel, dentro e fora de Itália em épocas posteriores. *O Príncipe* é apresentado enquanto paradigma dos processos de aquisição de poder pessoal disponíveis na Idade Moderna, jogando-se a vida do homem político entre os pólos complementares da *Fortuna* e *Virtù*. A discussão da obra é feita no momento em que se discutem os processos de formação do Estado Moderno no século XVI, de forma a ilustrar a fluidez das unidades políticas, nomeadamente as italianas, e a importância crescente que a guerra adquire no panorama político da época.

Os alunos passaram a ler a Utopia de Tomás More a partir do ano lectivo de 1998-1999, com o objectivo de corporalizar as atitudes mentais que presidem à elaboração de uma obra utópica, bem como as realidades do século XVI que o autor pretendeu criticar. A obra serve para exemplificar a consciência da

² Sebastião Nuno de Araújo Barros e Silva, da Licenciatura de Ensino da

alteridade que a descoberta do Novo Mundo provocou, ao sugerir a possibilidade de viver segundo regras diferentes das que vigoravam na Europa da época; por outro lado, dá justamente conta das novas exigências do imaginário colectivo, contraposta ao *D. Quixote* de Cervantes que fala precisamente do colapso dos sonhos medievais (este apenas referido nas aulas).

Estas duas obras foram escolhidas entre tantas outras que se poderiam igualmente indicar, entre as quais figurariam como alternativas óbvias *Os Ensaios* de Montaigne, o *Manual do Perfeito Cortesão* de Castiglione, ou o *Elogio da Loucura* de Erasmo. A lista das obras importantes aumentaria sem cessar se transportássemos a pretensão de ler obras-chave da cultura europeia para os séculos XVII e XVIII. Elas representam no entanto uma opção possível dentro das limitações de tempo da disciplina e no quadro geral da formação dos alunos. Outra opção seria efectivamente possuir um livro de textos traduzidos em português que desse conta de excertos relevantes de um grupo alargado de obras. Seria talvez esse um instrumento de trabalho a elaborar num futuro próximo, e que seria o resultado de um esforço colectivo do grupo de docentes que lecciona disciplinas neste âmbito disciplinar. De ressaltar que entre as dificuldades de uma compilação deste tipo temos o facto de algumas obras não se encontrarem traduzidas em português, como é o caso do *Manual do Perfeito Cortesão* de Castiglione.

A participação dos alunos

A participação dos alunos nas aulas encontra-se estruturada segundo quatro grandes vertentes: colocação de questões ao professor durante aulas expositivas; apresentação de obras ou capítulos de obras; lançamento de debates sobre determinados temas; apresentação de personagens históricos no que respeita a biografia e obra.

A tomada de apontamentos que sirvam posteriormente para instrumento exclusivo de estudo é desencorajada o mais possível, ainda que, logicamente, os alunos devam tirar pequenas notas do que é exposto nas aulas, que devem servir como tópicos e não como material destinado a ser memorizado para os exames. Nas aulas expositivas, os alunos são efectivamente exortados a interromper o professor para colocar questões ou colocar objecções. Pretende-se que os alunos se sintam responsáveis pelo seu próprio desempenho e participem nas discussões com descontração, criando um ambiente informal nas aulas que contribua para que os alunos verbalizem dúvidas com facilidade ou coloquem questões sem se preocuparem com a pertinência das mesmas. Pretende-se criar um ambiente de confiança recíproca que permita trabalhar a um ritmo concentrado; a ideia é a de que não há perguntas estúpidas. Desta forma, o aluno, cujos conhecimentos sobre a matéria são forçosamente limitados, sente-se à vontade para participar, sem se sentir constrangido pelos juízos dos colegas e do professor.

O debate de textos nas aulas, textos esses que integram a bibliografia fundamental da cadeira, pretende ensaiar, ainda que com as devidas distâncias, o sistema de ensino americano, em que o professor não administra directamente os conhecimentos, mas se limita a sintetizar a bibliografia e a orientar as leituras dos alunos. O objectivo final consiste na aquisição de conhecimentos de forma crítica, em que os alunos debatem os conteúdos das obras que leram. Numa cadeira de licenciatura, este modelo é experimentado apenas de forma parcial, durante cerca de 10% das aulas ao longo do ano.

Nos debates sobre textos lidos previamente, alguns alunos são responsabilizados quer pela sua apresentação sumária na aula, quer pelo levantamento de questões cuja discussão é sugerida no debate subsequente,

deixando assim ao professor um mero papel de interventor na recondução do debate, sempre que este envereda por linhas menos produtivas. Os alunos são também convidados a apresentar oralmente pequenas biografias de personagens históricos referidos nas aulas, principalmente em pontos do programa onde se torna particularmente importante referi-los (ex. Renascimento, Revolução Científica). As biografias, cujos detalhes biográficos se devem resumir aos pontos considerados relevantes para o tema das aulas, pretendem acertar as principais contribuições desses indivíduos para a cultura ocidental. Por parte dos alunos, espera-se que o facto de terem de apresentar estas biografias nas aulas contribua para uma *cultura da consulta*, que possibilite ao aluno uma consciência da sua própria autonomia relativamente à aquisição de informação. Pode à primeira vista este objectivo parecer uma evidência redundante, mas o facto é que os alunos tem muitas vezes uma atitude passiva em relação ao professor, que é considerado na prática como veículo único dos conhecimentos, e de quem se espera um saber inesgotável e enciclopédico. Trata-se na verdade de um processo de "empowerment" que se destina a elevar o grau de responsabilização do aluno perante a qualidade da aula, de que ele é o destinatário, e em relação à qual tem o direito a fazer exigências, que passam pelo exercício de trabalho independente e autónomo da sua parte.

Materiais de trabalho

Os alunos têm à sua disposição em fotocópias todos os acetatos exibidos nas aulas, quer se refiram a textos, esquemas, gráficos, figuras ou mapas. É igualmente distribuído um conjunto de capítulos de livros que possam vir a constituir matéria de estudo para as diferentes alíneas do programa, procurando evitar que o aluno dependa de apontamentos das aulas para o seu estudo. A não ser em raras excepções incontornáveis, todos esses textos se encontram em português e é distribuído um dossier no início do ano lectivo. No entanto, mercê da descoberta contínua de novos textos de apoio, alguns autores são substituídos por outros, o que se traduz numa certa variabilidade de leituras de ano para ano.

Alguns textos de apoio, devido ao facto de os alunos terem de ler forçosamente em português, não são necessariamente os melhores suportes de estudo. Fazem parte de obras já antigas, e traduzidas tardiamente em Portugal,

geralmente do francês. Até há pouco tempo, a historiografia francófona dominava o ensino universitário da História, mercê do sucesso da Escola dos Annales. A bibliografia desta disciplina, pelo menos a que se recomenda aos alunos, dá justamente conta dessa tendência. Aguardam-se portanto traduções de obras provenientes de outras tradições historiográficas, que possibilitem a alunos e professores o benefício da escolha.

Avaliação

A avaliação na disciplina é definida no início do ano lectivo de acordo com as regras estabelecidas pela Universidade, seguindo-se as normas em vigor quanto aos exames a efectuar.

A participação dos alunos nas aulas é valorizada segundo os critérios de frequência e pontualidade, intervenções orais e apresentação de pequenos trabalhos de consulta ou de sínteses de textos acompanhadas por moderação dos debates respectivos. A impressão causada ao longo das aulas pode eventualmente compensar desigualdades gritantes entre as notas das duas frequências ou efectuar arredondamentos de médias que beneficiem o aluno. Em nenhum caso a participação nas aulas ou a sua ausência desvaloriza a nota final do aluno em termos absolutos; pode no entanto fazê-lo relativamente a outros colegas cuja participação é valorizada na nota final. Pretende-se desta forma respeitar e não penalizar os alunos que, por razões de ordem vária, não tomam parte activa nas aulas.

PROGRAMA GERAL

0. INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO PERÍODO MODERNO; PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO

PARTE I: O SÉCULO XVI

1. POPULAÇÃO E ECONOMIA

- 1.1. Tendências da evolução da população
- 1.2. A Europa rural
- 1.3. A evolução urbana
- 1.4. As cidades da Europa: tamanho e funções
- 1.5. Expansão europeia e a subida dos preços
- 1.6. Comércio internacional
- 1.7. Inícios da mundialização da economia

2. SOCIEDADE

2.1. Sociedade de Ordens e relações sociais: as esferas familiar, comunitária e cortesã

- 2.1.1. A família: relações de poder e de género
- 2.1.2. Ciclos de vida: infância, idade adulta e velhice
- 2.1.3. Comunidades urbanas e comunidades rurais
- 2.1.4. Relações de vizinhança
- 2.1.5. Os enquadramentos locais: confrarias e paróquias
- 2.1.6. As cortes europeias do Renascimento
- 2.1.7. Castiglione e o Manual do Perfeito Cortesão
- 2.1.8. Público e privado: etiqueta de corte e sua difusão

2.2. Alguns grupos sociais paradigmáticos

- 2.2.1. Criados e cortesãos
- 2.2.2. As prostitutas
- 2.2.3. As minorias étnicas: judeus e ciganos
- 2.2.4. Pobres e vagabundos
- 2.2.5. Os escravos
- 2.2.6. As profissões liberais: médicos, notários e juristas

2.3. Formas de pacificação social

2.3.1. Justiça e sistemas penais

2.3.2. Pobreza e assistência: as reformas do século XVI

2.3.3. O aparecimento do hospital moderno

3. POLITICA E GUERRA

3.1. As unidades políticas: os Estados em construção

3.2. A Itália de Maquiavel

3.3. A formação da Espanha

4. CULTURA

4.1. Renascimento e Humanismo

4.1.1. A Revolução da Imprensa

4.1.2. A cultura humanista

4.1.3. Sociologia da produção intelectual e artística

4.1.4. A Itália do 1º e 2º Renascimentos

4.1.5. Focos de difusão europeia

4.2. Os sonhos do Renascimento: das utopias eruditas às fantasias colectivas

4.3. Reformas e Contra-Reforma

4.3.1. Antecedentes reformistas

4.3.2. Lutero e a ruptura com Roma

4.3.3. Igrejas e seitas protestantes: luteranos, zwinglistas, calvinistas, e anabaptistas; o caso inglês

4.3.4. A reacção contra-reformista

4.3.4.1. O Concílio de Trento

4.3.4.2. A evangelização interna e externa

4.4. A nova geografia religiosa da Europa

PARTE II: O SÉCULO XVII

5. INTRODUÇÃO: ESPECIFICIDADE DO SÉCULO XVII

6. POPULAÇÃO E ECONOMIA

- 6.1. A população: depressão, estagnação ou crescimento?
- 6.2. Alterações dos equilíbrios económicos europeus
- 6.3. O momento holandês
- 6.4. O arranque da economia inglesa

7. POLÍTICA E GUERRA

- 7.1. A nova geografia política da Europa
 - 7.1.1. O império de Filipe II de Espanha em 1598
 - 7.1.2. A guerra dos Trinta Anos
 - 7.1.3. A Holanda: o nascimento de uma república
 - 7.1.4. A guerra franco-espanhola
- 7.2. Regimes políticos na Europa de Seiscentos
 - 7.2.1. As monarquias absolutas: o exemplo da França de Luís XIV
 - 7.2.2. As alternativas ao absolutismo: o caso da revolução inglesa

8. SOCIEDADE E CULTURA

- 8.1. Barroco e classicismo
- 8.2. A Revolução Científica
- 8.3. Formas de observância religiosa
- 8.4. Cultura popular e cultura de elites
 - 8.4.1. Níveis de alfabetização
 - 8.4.2. Formas de leitura individual e colectiva
- 8.5. O absolutismo monárquico no quotidiano do palácio real: Versalhes e a sociedade de corte

PARTE III : O SÉCULO XVIII

9. ECONOMIA E SOCIEDADE

9.1. As revoluções industrial e agrícola em marcha na segunda metade do século XVIII

9.2. O aumento da população

9.3. Um novo sistema demográfico?

9.4. Os ventos da revolução burguesa

10. POLITICA E GUERRA

10.1. O despotismo esclarecido

10.1.2. A Rússia de Catarina II

10.1.3. Nascimento e afirmação da Prússia

10.1.4. A Austria de José I

11. CULTURA E SOCIEDADE

11.1. Linhas de força do pensamento iluminista

11.2. As novas tecnologias do poder

11.3. O Iluminismo e os seus agentes: academias, salões, sociedades de leitura, publicações periódicas e Franco-Maçonaria

11.4 Conclusão: Idade Moderna e Iluminismo

BIBLIOGRAFIA GERAL

Obras de leitura obrigatória:

Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, [1974].

Maquiavel, *O Príncipe*, Lisboa, Europa América, 1976 [1516].

More, Thomas, *Utopia*, 3ª edição, Lisboa, Europa-América, 1995 [1516].

Bibliografia geral:

- Anderson, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Quercus, [1980].
- Ariès, P.; Duby, G., *História da Vida Privada*, vol. 3, "Do Renascimento ao Século das Luzes", Porto, Afrontamento, 1990.
- *Black, Jeremy, *Eighteenth Century Europe 1700-1789*, Londres, Macmillan, 1990.
- Delumeau, Jean, *A civilização do Renascimento*, 2 vols, Lisboa, Estampa, 1984 [1964].
- Elias, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987.
- Geremek, Bronislaw, *A Piedade e a Força*, Lisboa, Terramar, [1986].
- Garin, Eugenio (dir. de), *O homem renascentista*, Lisboa, Presença, [1988].
- Green, V.H.H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.
- Im Hof, Ulrich, *A Europa no Século das Luzes*, Lisboa, Presença, 1995.
- *Koenigsberger; Mosse; Bowler, *Europe in the Sixteenth Century*, 2ª edição, Londres e Nova Iorque, 1989.
- Laslett, Peter, *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975.
- *Maland, David, *Europe in the Seventeenth Century*, 2ª ed., Londres, Macmillan, 1983.
- *Merriman, John, *A History of Modern Europe*, vol. 1, "From the Renaissance to the Age of Napoleon", New York, Norton, 1996.
- *Molas, P. et al., *Manual de historia moderna*, Barcelona, Ariel, 1993.
- Nauert Jr., Charles G., *Humanism and the Culture of Renaissance Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- Rice Jr., Eugene F.; Grafton, Anthony, *The Foundations of Early Modern Europe, 1460-1559*, 2ª ed., Nova Iorque-Londres, Norton Books, 1994.
- Villari, Rosario (dir. de), *O homem barroco*, Lisboa, Presença, [1991].

* Obras com características de manual.

Nota: a bibliografia específica será dada no início de cada tema.

Endereços na Internet

Renascimento: <http://history.evansville.net/renaiッサ.html>

Barroco: <http://history.evansville.net/baroque.html>
Iluminismo: <http://history.evansville.net/enlighte.html>

CONTEUDOS E BIBLIOGRAFIA DETALHADA

O. INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO PERÍODO MODERNO; PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO

Roteiro:

Caracterização global das vertentes demográfica, política e institucional, social, económica, cultural, vida material e quotidiano no sentido de identificar as "novidades" do período, que o permitem distinguir quer da Idade Média quer da Idade Contemporânea (acetatos 1 a 6).

Datas de início e fim e seu significado simbólico (tomada de Bizâncio; invenção da Imprensa, descoberta da América, conquista de Granada...). A demarcação do fim: Revolução Francesa e Revolução Industrial.

Relativização da periodização: precaridade, subjectividade e condicionantes culturais das periodizações. Especificidade da periodização utilizada relativamente à História da Europa e ausência de validade da mesma num contexto que lhe seja exterior. Existência de diversas periodizações no próprio interior da historiografia europeia ocidental (i.e. periodizações francesa e inglesa). Conceitos de *Antigo Regime* e *Idade Clássica*. Chamada de atenção para as novas propostas em torno da periodização da História e controvérsias dela decorrentes (i.e. *modernidade* de Habermas e pós-modernidade).

Leituras recomendadas:

Acetatos 1 a 6.

Outras leituras:

Habermas, Jürgen, "Modernity: An Unfinished Project" in *Habermas and the Unfinished Project of Modernity*, edited by Maurizio Passerin d'Entrèves and Sheyla Benhabib, London, Polity Press, 1996, pp. 38-55.

PARTE I: O SÉCULO XVI

1. POPULAÇÃO E ECONOMIA

- 1.1. Tendências da evolução da população
- 1.2. A Europa rural
- 1.3. A evolução urbana
- 1.4. As cidades da Europa: tamanho e funções
- 1.5. Expansão europeia e a subida dos preços
- 1.6. Comércio internacional
- 1.7. Inícios da mundialização da economia

Roteiro:

A Europa rural: agricultura de subsistência e *cash crops*. A supremacia numérica da população rural face às populações urbanas. O crescimento demográfico. As cidades da Europa: as "grandes" e as médias urbes e seus volumes populacionais. Expansão europeia e subida dos preços. Problemas de abastecimento das cidades. A pressão da população sobre a terra. Metais americanos e inflação. O comércio internacional e os inícios da mundialização da economia.

Leituras recomendadas:

Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1974].

Koenigsberger; Mosse; Bowler, *Europe in the Sixteenth Century*, 2ª edição, Londres e Nova Iorque, 1989, pp. 28-64.

Outras leituras:

Maland, David, *Europe in the Sixteenth Century*, 2nd edition, London. Macmillan, 1993 [1973, 1982] (capítulo "The Economic Foundations of the Sixteenth Century", pp. 1-36).

Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984 [1966].

2. SOCIEDADE

2.1. Sociedade de Ordens e relações sociais: as esferas familiar, comunitária e cortesã

- 2.1.1. A família: relações de poder e de género
- 2.1.2. Ciclos de vida: infância, idade adulta e velhice
- 2.1.3. Comunidades urbanas e comunidades rurais
- 2.1.4. Relações de vizinhança
- 2.1.5. Os enquadramentos locais: confrarias e paróquias
- 2.1.6. As cortes europeias do Renascimento
- 2.1.7. Castiglione e o Manual do Perfeito Cortesão
- 2.1.8. Público e privado: etiqueta de corte e sua difusão

Roteiro:

A família como unidade económica e social. O carácter paternal da família e a subalternização da mulher. Expressão jurídica das relações familiares e dos ciclos de vida: poder paternal e personalidade *sui juris*. Ciclos de vida: infância, idade adulta e velhice. A difícil sobrevivência e a precaridade da vida humana. A violência social. Os rituais do calendário litúrgico. Os enquadramentos sociais: família, vizinhos, paróquia, confrarias, estalagens e tabernas. Diferenças entre a vida nas zonas rurais e nas cidades.

A sociedade de ordens e as relações sociais de subserviência. O clientelismo. As cortes europeias como pólos de cultura e de poder político. Alguns exemplos de cortes europeias do Renascimento. A importância da obra de Castiglione para a codificação de comportamentos. Corte e processo civilizacional: o início da distinção entre o público e o privado. A etiqueta de corte.

Leituras recomendadas:

Laslett, Peter, *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975, especialmente pp. 125 a 213.

Burke, Peter, "O Cortesão" in *O Homem Renascentista*, direcção de Eugenio Garin, Lisboa, Presença, 1991 [1988], pp. 101-119.

Outras leituras:

Castiglione, Baldassare, *Le Livre du Courtisan*, Paris, Flammarion, 1991 [1528].

Ginzburg, C., *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1987 [1986].

Muchembled, Robert, *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne (XVe-XVIIIe siècle)*, Paris, Flammarion, 1978, pp. 21-118.

Muchembled, Robert, *La violence au village (XVe-XVIIIe siècle)*, s.l., Éditions Brepols, 1989.

Muir, Edward, *Ritual in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

2.2. Alguns grupos sociais paradigmáticos

2.2.1. Criados e cortesãos

2.2.2. As prostitutas

2.2.3. As minorias étnicas: judeus e ciganos

2.2.4. Pobres e vagabundos

2.2.5. Os escravos

2.2.6. As profissões liberais: médicos, notários e juristas

Roteiro:

Diversidade social do período moderno; os grupos que formam as populações urbanas e rurais.

Na alínea 2.2.3., "As minorias étnicas: judeus e ciganos", chama-se a atenção para o modo como as xenofobias são vividas no período moderno, inscritas na perspectiva de construção dos estados, aludindo à teoria de Georg Simmel sobre o *estrangeiro interno*. Como bibliografia para discussão da aula, o capítulo sobre o ghetto judeu de Veneza da autoria de Richard Sennett, cuja tradução é fornecida aos alunos.

Leituras recomendadas:

Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1974], pp. 79-113.

Sennett, Richard, *Flesh and Stone. The Body and the City in Western Civilization*, New York and London, Norton, 1994 (capítulo 7: "Fear of Touching. The Jewish Ghetto in Renaissance Venice", pp. 212-251).

Outras leituras:

Simmel, Georg, "Excursus sullo straniero" in *Lo Straniero Interno*, a cura di Enrico Pozzi, Firenze, Ponte alle Grazie, 1993, pp. 25-29.

2.3. Formas de pacificação social

2.3.1. Justiça e sistemas penais

2.3.2. Pobreza e caridade: as reformas do século XVI

2.3.3. O aparecimento do hospital moderno

Roteiro:

2.3.1. Castigo e perdão nas sociedades pré-industriais: justiça real e justiças locais. Pena de morte e execuções públicas: a justiça-espectáculo. As prisões: características e vida no seu interior.

2.3.2. Visão medieval do pobre e sua evolução. A obra de Vivès, *De subventionem pauperum*, e o seu papel na definição do "verdadeiro pobre".

2.3.3. O aparecimento do hospital moderno como consequência do crescimento urbano; características arquitectónicas. Ofim das albergarias para peregrinos. A intervenção crescente da medicina no tratamento dos doentes. Hospitais, pobreza e tentativas de enclausuramento dos pobres ("renferment").

Leituras recomendadas:

Geremek, Bronislaw, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995 [1986], (capítulos III, "Uma nova política social" e IV "As prisões para pobres", pp. 149-265.

Outras leituras:

Cubero, José, *Histoire du Vagabondage du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Imago, 1998 (cap. III, "Les tentatives de renfermement", pp. 83-128).

Foucault, Michel, *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 1977 [1973].

Jutte, Robert, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

Spierenburg, Pieter, "The Body and the State: Early Modern Europe" in *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, edited by Norval Morris and David J. Rothman, New York - Oxford, Oxford University Press, 1995, pp. 49-77.

Vivès, Jean-Louis, "Del socorro de los pobres", in *Obras sociales y políticas*, Madrid, Publicaciones Españolas, 1960, pp. 27-137 [1526].

3. POLITICA E GUERRA

3.1. As unidades políticas: os Estados em construção

3.2. A Itália de Maquiavel

3.3. A formação da Espanha

Roteiro:

3.1. Introdução aos conceitos de *estado* e *nação*; seu significado neste período. Mapa político da Europa Ocidental nos inícios do século XVI (Inglaterra, França, Penínsulas Itálica e Ibérica e o Império Germânico). As novas maneiras de fazer a guerra; a construção dos estados soberanos. Equilíbrios político-militares e relações de força.

3.2. A Itália, como vanguarda cultural da Europa; as suas principais unidades políticas (estados papais, cidades-estado, e reinos) instabilidade política; a Itália como palco das guerras entre diferentes unidades políticas europeias. O saque de Roma.

3.3. A formação de Espanha. O casamento dos reis Católicos e a anexação e conquista de unidades políticas da Península. Estratégias reais com o objectivo de diminuir os poderes senhoriais. A conquista de Granada e a expulsão dos judeus. Odífcil equilíbrio entre autonomias regionais e poderes régios.

Leituras recomendadas:

Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991 [1952] (capítulos III, "A unificação da Espanha com Fernando e Isabel 1479-1516", pp. 67-78 e VI, "As guerras de Itália", pp. 103-111).

Hale, J. R., *A Europa durante o Renascimento 1480-1520*, Lisboa, Presença, s.d., 1971, pp. 45-81.

Maquiavel, Nicolau, *O Príncipe*, Lisboa, Europa América, 1976 [1516].

4. CULTURA

- 4.1. Renascimento e Humanismo
 - 4.1.1. A Revolução da Imprensa
 - 4.1.2. A cultura humanista
 - 4.1.3. Sociologia da produção intelectual e artística
 - 4.1.4. A Itália do 1º e 2º Renascimentos
 - 4.1.5. Focos de difusão europeia

Roteiro:

4.1.1. A Revolução da Imprensa. Aparecimento e difusão. Imprensa, renascimento e reformas religiosas: significado da invenção da imprensa para a cultura europeia. As censuras de livros.

4.1.2. Valorização do homem e individualismo. A imitação da Antiguidade. Novas percepções do tempo histórico: na aula, é feito um confronto entre o nascimento da perspectiva linear (ilusão da profundidade do espaço conferida pela composição pictórica) e o aparecimento da ideia de profundidade do tempo histórico e da consciência do anacronismo (o caso da descoberta da falsidade da doação de Constantino por Lourenço Valla). Nascimento do espírito crítico. As novas ideias sobre educação. A laicização da História: o desenrolar dos acontecimentos é atribuído a actores humanos (ainda que a grandes personagens) e não à acção divina.

4.1.3. A corte dos príncipes e o mecenato intelectual e artístico. Origens sociais dos artistas e homens de letras. A ambiguidade da condição social do artista: entre o cortesão e o mestre de oficina. Os *génios* do Renascimento (Rafael, Miguelângelo e Leonardo da Vinci).

4.1.4. A Itália do 1º e 2º renascimentos: início do Renascimento em Florença e seus antecedentes medievais. Os Médicis e outras famílias de mecenas florentinos. As outras cortes italianas: exemplos de Ferrara, Mântua e Nápoles. A segunda vaga renascentista: a Roma papal. Importância da Reforma Católica no segundo Renascimento.

4.1.5. Focos de difusão europeia: o papel da imprensa na propagação das novas ideias. As viagens a Itália. Os renascimentos fora de Itália entre a importação cultural e a inovação.

Leituras recomendadas:

Garin, Eugenio, *O Renascimento. História de uma Revolução Cultural*, Lisboa, Telos, s.d. [1974]. (leitura geral).

Delumeau, Jean, *A civilização do Renascimento*, 2 vols, Lisboa, Estampa, 1984 [1964] (leitura geral, consulta de bibliografias e cronologia).

- Rice Jr., Eugene F.; Grafton, Anthony, *The Foundations of Early Modern Europe, 1460-1559*, 2ª ed., Nova Iorque-Londres, Norton Books, 1994, ("The invention of printing", pp. 1-10 - alínea 4.1.1.)
- Chastel, André, "O artista", in *O Homem Renascentista*, direcção de Eugenio Garin, Lisboa, Presença, 1991 [1988], pp. 171-190 (alínea 4.1.3.).
- Burke, Peter, "The uses of Italy", in *The Renaissance in national context* edited by Roy Porter e Mikulas Teich, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, pp. 6-20 (alínea 4.1.5).

Outras leituras:

- Cole, Alison, *Art of the Italian Renaissance Courts*, London, Calmann and King, 1995 (para visualização de imagens).
- Harbison, Craig, *The Art of the Northern Renaissance*, London, Calmann and King, 1995 (para visualização de imagens).
- Jardine, Lisa, *Worldly Goods*, London, Macmillan, 1996.
- Nauert, Charles G., *Humanism and the Culture of Renaissance Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, cap. 1, "The birth of humanist culture", pp. 8-51.
- Partridge, Loren, *The Renaissance in Rome*, London, Calmann and King, 1995 (para visualização de imagens).

4.2. Os sonhos do Renascimento: das utopias eruditas às fantasias colectivas

Roteiro:

Introdução ao conceito de utopia e ao significado do pensamento utópico enquanto consciência de alteridade. Antecedentes medievais: a Cidade de Deus de Santo Agostinho; o Jardim do Éden; ideais de cavalaria. Cervantes e o colapso do imaginário medieval. O imaginário popular do homem moderno: os sonhos de abundância, eterna juventude e longevidade em torno dos paraísos terrestres (El Dorado, Países de Cocanha, etc..).

O imaginário erudito e os sonhos dos homens cultos: a *Utopia* de Tomás More; a *Cidade do Sol* de Campanella; a abadia de Telema de Rabelais; as utopias arquitectónicas do Renascimento.

Leituras recomendadas:

- Delumeau, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. II, Lisboa Editorial Estampa, 1984 [1964], cap. X, "Os Sonhos do Renascimento" (vol. II, pp. 9-36).
- More, Thomas, *Utopia*, 3ª edição, Lisboa, Europa-América, 1995 [1516].

4.3.	Reformas e Contra-Reforma
4.3.1.	Antecedentes reformistas
4.3.2.	Lutero e a ruptura com Roma
4.3.3.	Igrejas e seitas protestantes: luteranos, zwinglistas, calvinistas, e anabaptistas; o caso inglês
4.3.4.	A reacção contra-reformista
4.3.4.1.	O Concílio de Trento
4.3.4.2.	A evangelização interna e externa
4.4.	A nova geografia religiosa da Europa

Roteiro:

4.3.1. Antecedentes reformistas e factores de eclosão da Reforma: baixo nível de cristianização das populações. O descrédito de Roma e da sua Igreja enquanto instituição. A importância da imprensa para o eclodir das rupturas religiosas. As novas exigências de fé: o problema da autoridade.

4.3.2. Lutero e a ruptura com Roma: circunstâncias e desenrolar dos acontecimentos. As ideias de Lutero.

4.3.3. Igrejas e seitas protestantes: luteranos, zwinglistas, calvinistas, e anabaptistas; o caso inglês. Panorâmica das diferentes confissões religiosas na Europa protestante. A Inglaterra é apresentada como um caso de ruptura política que dá posteriormente lugar a reformas religiosas.

4.3.4. A reacção contra-reformista. Conceitos: Reforma católica ou Contra-Reforma? O concílio de Trento (1545-1563): condicionalismos, e evolução dos trabalhos conciliares. A fixação da doutrina. Estabelecimento de novas regras da Igreja romana. A evangelização interna e externa. As missões dentro e fora da Europa. As novas ordens religiosas. A Inquisição e o Index.

4.4. A nova geografia religiosa da Europa: as grandes divisões do mapa religioso. Triunfos e fracassos da Reforma católica. Distribuição geográfica das igrejas protestantes.

Leituras recomendadas:

Delumeau, Jean, *La Reforma*, Barcelona, Editorial Labor, 1985 (tradução de "Naissance et affirmation de la Réforme, 1965), caps. 1 a 4, pp. 5-109.

Delumeau, Jean, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, 4ª ed. revista, Paris, P.U.F., 1992 [1971], pp. 43-162.

Rice Jr., Eugene F.; Grafton, Anthony, *The Foundations of Early Modern Europe, 1460-1559*, 2ª ed., Nova Iorque-Londres, Norton Books, 1994 (capítulos V, "Revolution and Reformation in the Church: The Problem of Authority", pp. 146-177 e capítulo 6 "Revolution and Reformation in the Church: The Problem of Conversion", pp. 178-202 - alíneas 4.3.2. e 4.3.3. e 4.4.).

Hsia, R. Po-Chia, *The World of Catholic Renewal 1540-1770*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998 (capítulos 1 "The Council of Trent" e cap. 2 "The New Religious Orders", pp. 10-41 - alínea 4.3.4.).

Outras leituras:

Bossy, John, *Christianity in the West 1400-1700*, Oxford, Oxford University Press, 1985.

Culture and Belief in Europe 1450-1600. An Anthology of Sources, ed. by D. Englander, D. Norman, R. O'Day and W. R. Owens, Oxford, Blackwell, 1990.

Fevbre*, Lucien, *Martinho Lutero, um destino*, Porto, Edições Asa, 1994 [1928].

Lindberg, Carter, *The European Reformations*, Oxford, Blackwell, 1996.

PARTE II: O SÉCULO XVII

5. INTRODUÇÃO: ESPECIFICIDADE DO SÉCULO XVII

Roteiro:

Especificidade do século XVII: entre a crise e a recuperação. Identificação dos grandes problemas do século; dissecação da ideia de "crise"; grandes teorias interpretativas. As "idades de ouro" espanhola e holandesa: questionamento dos conceitos de "crise" e "idade do ouro".

Leitura recomendada:

Rabb, Theodore, *The Struggle for Stability in Early Modern Europe*, New York, Oxford University Press, 1975 (principalmente pp. 3-48).

6. POPULAÇÃO E ECONOMIA

6.1. A população: depressão, estagnação ou crescimento?

6.2. Alterações dos equilíbrios económicos europeus

6.3. O momento holandês

6.4. O arranque da economia inglesa

Roteiro:

6.1. A população: depressão, estagnação ou crescimento? As crises demográficas europeias do século XVII e a sua diferente incidência regional.

6.2. A mudança dos pólos de equilíbrio económico europeu: da supremacia mediterrânica ao momento holandês. O declínio da Itália e da Península Ibérica e a ascensão económica do Norte da Europa.

6.3. A Holanda na liderança da economia europeia: linhas de força da sua supremacia.

6.4. A Inglaterra nas vésperas da Revolução industrial.

Leituras recomendadas:

Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1974], cap. X "A mudança do equilíbrio do poder económico da Europa", pp. 277-333.

De Vries, Jan, *A Economia da Europa numa época de crise (1600-1750)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983 [1976], capítulo "A época de crise", pp. 13-48.

Outras leituras:

Israel, Jonathan I., *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford, Clarendon Press, 1989 (especialmente pp. 3-11).

Maland, David, *Europe in the Seventeenth Century*, 2ª edição, London, Macmillan, 1983 [1966], pp. 3-18.

7. POLITICA E GUERRA

7.1. A nova geografia política da Europa

7.1.1. O império de Filipe II de Espanha em 1598

7.1.2. A guerra dos Trinta Anos

7.1.3. A Holanda: o nascimento de uma república

7.1.4. A guerra franco-espanhola

7.2. Regimes políticos na Europa de Seiscentos

7.2.1. As monarquias absolutas: o exemplo da França de Luís XIV

7.2.2. As alternativas ao absolutismo: o caso da revolução inglesa

Roteiro:

7.1. À semelhança do ponto anterior, que traçava as linhas das alterações dos equilíbrios demográficos e económicos da Europa, esta rubrica pretende equacionar o modo como essas alterações se traduziram a nível político, com a Guerra dos Trinta Anos, cujo resultado final é a definição de um novo mapa político, relativamente estável, destinado a vigorar até ao século XX. No ponto 7.1.1. descreve-se o mapa político da Europa no ano da morte de Filipe II (1598) e refere-se a supremacia territorial espanhola no continente europeu e no mundo, para traçar em seguida a sua derrocada e a ascensão francesa ao primeiro plano da política europeia no seguimento da Guerra dos Trinta Anos, cujas peripécias fundamentais são narradas no ponto 7.1.2.

No ponto 7.1.3. foca-se o processo da formação da Holanda, desde a revolta dos Países-Baixos até à conclusão da guerra dos Oitenta Anos e a sua independência com o tratado de Vestefália (1648), não perdendo de vista a importância deste conflito no desenrolar da Guerra dos Trinta Anos.

7.1.4. Refere-se o papel da França na Guerra dos Trinta Anos, quer a nível diplomático quer bélico, e as razões que explicam o prosseguir das hostilidades com a Guerra Franco-Espanhola.

7.2.1 Caracteriza-se a monarquia absoluta enquanto regime político a partir do caso paradigmático da França de Luís XIV e explica-se a sua difusão à escala europeia.

7.2.2. Num último ponto, invocam-se as alternativas ao absolutismo monárquico, referindo-se a república holandesa e o caso inglês, focando-se especificamente o processo de distanciação da Inglaterra face ao absolutismo. O objectivo desta alínea é apenas o de demonstrar que apesar da prevalência das ideias absolutistas, existiam excepções no quadro global dos regimes políticos da época.

Leituras recomendadas:

Chaunu, Pierre, *A Civilização da Europa Clássica*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1987 [1966] (capítulos II e III, pp. 61-136).

Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Dom Quixote, 1984 (cap. XVII, pp. 329-350)

Lebrun, François, *Le XVIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1967 (capítulos I e III).

Outras leituras:

Maland, David, *Europe in the Seventeenth Century*, 2ª ed., London, Macmillan, 1983, (capítulo II, "The Thirty Years War", pp. 113-164 - alíneas 7.1. e 7.2.).

Idem, cap. V, "The Rise of the United Provinces", pp. 237-241 (alínea 7.3.).

Merriman, John, *A History of Modern Europe*, vol. 1, "From the Renaissance to the Age of Napoleon", New York, Norton, 1996 (capítulo 7, "The age of absolutism, 1650-1720", pp. 274-299 - alínea 7.4.).

Idem, pp. 232-260 (alínea 7.5.).

8. SOCIEDADE E CULTURA

8.1. Barroco e classicismo

8.2. A Revolução Científica

8.3. Formas de observância religiosa

8.4. Cultura popular e cultura de elites

8.4.1. Níveis de alfabetização

8.4.2. Formas de leitura individual e colectiva

8.5. O absolutismo monárquico no quotidiano do palácio real: Versalhes e a sociedade de corte

Roteiro:

8.1. Caracterização do barroco enquanto cultura própria da Reforma católica e sua contraposição face à cultura classicista de tipo inglês, holandês e norte-americano.

8.2. A Revolução científica: começa-se por falar da "ciência" no Renascimento e das suas diferenças face à ciência tal como ela é concebida em consequência da Revolução Científica. Novos conhecimentos; novas visões do corpo humano e do universo. Academias e outras associações culturais.

8.3. Formas de observância religiosa: a partir de um texto de François Lebrun (cf. "Leituras recomendadas"), pretende-se consolidar o que se aprendeu no ponto 4.3 da Parte I, procurando compreender o significado das diferenças entre protestantes e católicos ao nível das vivências religiosas; chama-se a atenção para a emergência do puritanismo anglo-saxónico.

8.4. Cultura popular e cultura de elites. A partir da obra de Roger Chartier (cf. "Leituras recomendadas") estudam-se os níveis de alfabetização consoante o género e o grupo social; referem-se os diferentes usos da escrita e da leitura.

8.5. O absolutismo monárquico no quotidiano do palácio real: Versalhes e a sociedade de corte. Visão geral das doutrinas absolutistas; o mercantilismo. Importância da corte no processo civilizacional. Os manuais de etiqueta e a distinção entre comportamentos privados e públicos³.

Leituras recomendadas:

Maland, David, *Europe in the Seventeenth Century*, 2ª ed., London, Macmillan, 1983, pp. 87-112 (alínea 8.1.).

Delumeau, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1984 (capítulo XV, "Da Feitiçaria à Ciência", pp. 123-149 - alínea 8.2.)

Maland, David, *Europe in the Seventeenth Century*, 2ª ed., London, Macmillan, 1983, pp. 32-59 (alínea 8.2.)

Lebrun, François, "As reformas: devoções comunitárias e piedade individual", in *História da Vida Privada*, sob a direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 71-111 (alínea 8.3.).

Chartier, Roger, "As práticas da escrita", in *História da Vida Privada*, sob a direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 113-161 (alínea 8.4.).

³ As alíneas 8.3., 8.4. e 8.5. assentam sobre leitura prévia dos textos de Lebrun, Chartier e Revel referidos na rubrica "leituras recomendadas" deste ponto do programa. A apresentação e debate nas aulas respectivas ficam a cargo dos alunos, com a supervisão da docente que tiver a aula a seu cargo.

Revel, Jacques, "As práticas da civilidade", in *História da Vida Privada*, sob a direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp.169-209 (alínea 8.5.).

Outras leituras:

Chartier, Roger, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1994 (cap. 2, "Textos, impresos, lecturas", pp. 41-57 - alínea 8.4.).

Elias, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Lisboa, Editorial Estampa, 1987 [1969], capítulo III, "A etiqueta e a lógica do prestígio", pp. 53-90 (alínea 8.5.).

Schama, Simon, *The Embarrassment of Riches. An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*, New York, Vintage Books, 1997 [1987].

Westermann, Mariet, *The Art of the Dutch Republic 1585-1718*, London, Calmann and King, 1995 (para visualização de imagens).

PARTE III : O SÉCULO XVIII

9. ECONOMIA E SOCIEDADE

9.1. As revoluções industrial e agrícola em marcha na segunda metade do século XVIII

9.2. O aumento da população

9.3. Um novo sistema demográfico?

9.4. Os ventos da revolução burguesa

Roteiro:

9.1. O início das grandes transformações económicas. Expansão agrícola; novas tecnologias e culturas. A revolução industrial inglesa nos seus inícios. Modos de produção: do *domestic system* à fábrica.

9.2. O aumento da população europeia e as suas possíveis explicações.

9.3. Um novo sistema demográfico? O fim das grandes epidemias; queda da mortalidade, aumento da natalidade e da ilegitimidade.

9.4. Os ventos da revolução burguesa. Início da descristianização e da contestação da sociedade de ordens.

Leituras recomendadas:

Molas, P. et al., *Manual de historia moderna*, Barcelona, Ariel, 1993, pp. 521-568.

Outras leituras:

Merriman, John, *A History of Modern Europe*, vol. 1, "From the Renaissance to the Age of Napoleon", New York, Norton, 1996, pp. 366-398.

Van Bath, B. H. Slicher, *História agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Presença, s.d. [1960], pp. 197-324.

10. POLITICA E GUERRA

10.1. Odespotismo esclarecido

10.1.2. A Rússia de Catarina II

10.1.3. Nascimento e afirmação da Prússia

10.1.4. A Austria de José I

Roteiro:

O despotismo esclarecido como "canto do cisne" do absolutismo monárquico. Os casos da Rússia, da Prússia e da Austria em linhas gerais. Despotismo esclarecido e tentativas de "modernização" social e económica. Este ponto tem um valor meramente ilustrativo, e destina-se apenas a fornecer um quadro de actuação das grandes monarquias ilustradas, inserindo-as nos seus contextos de periferia em relação aos grandes centros políticos e exemplificando as suas tentativas de operar transformações sociais e económicas que colocassem regiões "atrasadas" a par de outras mais desenvolvidas.

Leitura recomendada:

Molas, P. et al., *Manual de historia moderna*, Barcelona, Ariel, 1993 (cap. 42 "El despotismo ilustrado: las grandes monarquías", pp. 569-584).

Outras leituras:

Outram, Dorinda, *The Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995 (cap. 7, "Enlightenment and government: new departure or business as usual?", pp. 96-113).

11. CULTURA E SOCIEDADE

11.1. Linhas de força do pensamento iluminista

11.2. As novas tecnologias do poder

11.3. O Iluminismo e os seus agentes: academias, salões, sociedades de leitura, publicações periódicas e Franco-Maçonaria

11.4 Conclusão: Idade Moderna e Iluminismo

Roteiro:

11.1. O Iluminismo enquanto metáfora de luz. Os rumos da cultura política entre o despotismo iluminado e os novos filósofos. Fisiocracia e teorias populacionistas.

No plano social, o iluminismo condenou as ordens religiosas e criticou os modos de vida eclesiásticos; apoiou a expulsão dos jesuítas, foi adepto de uma relativa

emancipação das mulheres e dos judeus; sugeriu as primeiras tentativas de abolição da escravatura e enunciou o mito do "bom selvagem".

Na justiça, as ideias de Beccaria contestaram a pena de morte e a legitimidade das penas corporais; Bentham formulou o princípio da penitenciária panóptica e influenciou o aparecimento de novos sistemas prisionais.

Na assistência aos pobres, iniciou-se o controle centralizado das instituições de caridade e propuseram-se novos valores filantrópicos em oposição à caridade estritamente religiosa; reforçou-se a repressão da vadiagem e de uma ética do trabalho.

Na literatura e arte, temos no iluminismo a época de ouro da personagem libertina (Sade, Casanova); a literatura pornográfica enquanto *oeuvre philosophique*; a explosão da literatura popular; e o rocóco, versão mitigada do barroco.

Em resultado das novas ideias e das mudanças que impulsionam, assiste-se ao descentramento progressivo da religião enquanto pólo de coesão social. A felicidade na terra passa a constuir o objectivo último das sociedades humanas.

11.2. As novas tecnologias do poder: a estatística ou aritmética política; a corografia e descrição geográfica; as plantas urbanas; a organização de polícias à escala nacional; a militarização dos exércitos.

11.3. O Iluminismo e os seus agentes. As novas formas de sociabilidade e novos consumos "sociais". Novos hábitos de leitura; desenvolvimento da imprensa periódica; novas formas associativas; o acesso das mulheres das camadas sociais mais elevadas à cultura. O papel destas mudanças na difusão das novas ideias iluministas.

11.4 Conclusão: Idade Moderna e Iluminismo. O programa conclui como tinha começado: com uma reflexão sobre a mutabilidade das periodizações em história e com as controvérsias em torno das promessas do Iluminismo, voltando a citar o texto de Habermas referido no ponto de abertura do programa (alínea 0). Chama-se igualmente a atenção para o facto de as mudanças verificadas serem relativas, circunscritas a áreas do centro e por vezes dificilmente detectáveis nas periferias. Incide-se sobre as continuidades relativas a alguns aspectos que se prolongarão até aos nossos dias (exemplos do analfabetismo, de baixo nível tecnológico e industrial de diversas regiões da Europa até ao século XX; persistência da religião popular, entre outras).

Leituras recomendadas:

Molas, P. et al., *Manual de historia moderna*, Barcelona, Ariel, 1993 (capítulo 46, "Ilustración y Enciclopedismo", pp. 634-649 - alínea 11.1.).

Hof, Ulrich Im, *A Europa no Século das Luzes*, Lisboa, Presença, 1995 (Capítulo 4. "Os agentes do Iluminismo", pp. 99-145 - alínea 11.2.).

Outras leituras:

Black, Jeremy, *Eighteenth Century Europe 1700-1789*, London, Macmillan, 1990.

Darnton, Robert, *The Forbidden Best-Sellers of Pre-revolutionary Europe*, New York, Norton, 1996.

Outram, Dorinda, *The Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.